CONSELHO DE GESTÃO DA SERRA DO JAPI

Gestão 2023-2025

Criado pela Lei Complementar 417, de 29 de dezembro de 2004

Nomeado pela PORTARIA No 183, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023

Ata da 20ª Reunião Ordinária

Data: 2 de julho de 2025

Horário: 15:00

Local: Ambiente Virtual - Google Meet, por meio de link gerado a partir do Paço Municipal, na Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente

Pauta:

A pauta para esta reunião era:

1. *Discussão e aprovação da Ata da 19ª Reunião Ordinária – Gestão 2023-2025 do dia 04/06/2025;*
2. *Avisos da mesa diretora;*
3. *Apresentação e discussão dos processos da CT de Uso e Ocupação do Solo:*
 - *Processo PMJ.0010788/2025 de TNBV Empreendimentos;*
 - *Processo PMJ.0016359/2024 de Resposta do Ofício à Unidade de Finanças;*
4. *Outros assuntos.*

No dia dois do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, em ambiente virtual do Google Meet, por meio de link gerado a partir do Paço Municipal, na Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, às 15:00, horário da primeira convocação, foi verificado o quórum, e estavam presentes quatro conselheiros titulares e dois suplentes com direito a voto; às 15:01, em segunda convocação, atingido o quórum mínimo, com sete conselheiros votantes, sendo cinco titulares e dois suplentes com direito a voto, foram abertos os trabalhos do Conselho de Gestão da Serra do Japi – CGSJ, em Reunião Ordinária, pelo Presidente Adriano Jhonny Molina Zonaro.

O Presidente Adriano Zonaro abriu a reunião com a análise da Ata da reunião anterior, da 19ª Reunião Ordinária do dia 04/06/2025. A Ata foi aprovada por unanimidade.

Nos avisos e comunicados da mesa diretora, a Vice-Presidente Silvia Merlo pediu que os processos fossem encaminhados para a CTUOS assim que chegassem. Comentou que a CTUOS ficou sem tempo para se manifestar no processo de Resposta do Ofício à Unidade de Finanças e tiveram que correr para analisar o processo de TNBV Empreendimentos. O Presidente Adriano Zonaro esclareceu que quando um processo eletrônico é encaminhado, não é possível visualizar seu andamento, só quando o processo retorna para o CGSJ. Comentou também que quando um processo é encaminhado para a CTUOS, logo o repassa e às vezes fica em cima da reunião ordinária.

Seguindo a pauta, na discussão dos processos da CTUOS, a conselheira Marcela Pavan fez a leitura do parecer do processo PMJ.0010788/2025 de TNBV Empreendimentos. No processo, a empresa solicita Certidão de Uso do Solo para a construção de um galpão logístico de 60.000m². O parecer pede a incorporação de uma área de 170.000m² na matrícula do imóvel, a circulação de veículos pela Rodovia Anhanguera, a recuperação de trecho da Av. Eng. Tasso Pinheiro e a restrição de trânsito, manipulação ou armazenamento de produtos químicos/gases tóxicos perigosos. Também condiciona à

CONSELHO DE GESTÃO DA SERRA DO JAPI

Gestão 2023-2025

Criado pela Lei Complementar 417, de 29 de dezembro de 2004

Nomeado pela PORTARIA No 183, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023

assinatura de um Termo de Compromisso e Adequação Ambiental (TCAA) com elaboração de EIV (Estudo de Impacto de Vizinhança) e RIT (Relatório de Impacto de Trânsito).

A Vice-Presidente Sílvia Merlo observou que o valor do EIV não deve ser usado para obras de infraestrutura e recapeamento da Av. Eng. Tasso Pinheiro. O conselheiro Nivaldo Callegari comentou que o parecer parece claro o suficiente, citando que o EIV deverá ser destinado exclusivamente para contratação dos serviços de Revisão do Plano de Manejo da Reserva Biológica da Serra do Japi e na elaboração dos estudos para ordenamento da Zona de Amortecimento da Serra do Japi. O Presidente Adriano Zonaro também explicou que no TCAA que a empresa deverá firmar, vai esclarecer que o valor para recuperação da avenida deve estar fora do valor de 3% do EIV. A Vice-Presidente Sílvia Merlo questionou, se caso sobrar um valor do que for arrecadado, se seria interessante especificar algum tipo de projeto e deixar isso explícito no parecer. O Presidente Adriano Zonaro esclareceu que se sobrar valor, isso será discutido com a UGPUMA e o CGSJ, como comprar áreas ou equipamentos para a Guarda Municipal, e isso deverá constar no TCAA. O conselheiro Nivaldo Callegari questionou se este valor de EIV/RIT iria para o fundo ambiental ou para o caixa da prefeitura. O Presidente Adriano Zonaro esclareceu que iria para o fundo ambiental, porém, neste caso, deve constar no termo a contratação de serviços, em especial o Plano de Manejo. A conselheira Yone Candiotto questionou se o fundo ambiental está em vigor. O conselheiro Wagner de Paiva comentou que está em processo de redestinação. O Presidente Adriano Zonaro esclareceu que esta compensação não será em pecúnia, mas em serviços a serem executados. O parecer foi colocado em votação e aprovado por unanimidade.

O conselheiro Nivaldo Callegari lembrou que o processo aprovado pelo CGSJ agora é encaminhado para o COMDEMA. Como há um prazo para elaboração da Ata, sugeriu que o Presidente Adriano Zonaro encaminhe um ofício informando que o parecer foi aprovado, para agilizar o processo tanto para o interessado, como para o recebimento das compensações. O Presidente Adriano Zonaro informou que iria despachar no próprio processo para o COMDEMA.

Sobre o processo PMJ.0016359/2024 de Resposta do Ofício à Unidade de Finanças, o Presidente Adriano Zonaro lembrou que a Vice-Presidente Sílvia Merlo havia afirmado que a CTUOS recebeu o processo muito em cima do prazo e não pode fazer a análise, citando que o processo tem mais de 100 páginas.

Em "Outros assuntos", a Vice-Presidente Sílvia Merlo comentou sobre o texto da Câmara Municipal da Lei de Eventos. Um grupo da SAB Santa Clara levou preocupações ao vereador Henrique Parra Parra e fez sugestões. Ela sugeriu que os conselheiros leiam o projeto de lei, citando que alguns pontos ainda geram dúvidas, como o controle de entrada de visitantes, não por número de pessoas, mas por contagem de veículos. A conselheira Yone Candiotto sugere que todo evento deve ter um ganho ambiental e lembra que o CGSJ não deveria ficar de fora desta discussão. O Presidente Adriano Zonaro criticou que as sugestões sejam levadas à Câmara Municipal e não com quem cuida do licenciamento de eventos, que vai trabalhar com esta legislação. A Vice-Presidente Sílvia Merlo

CONSELHO DE GESTÃO DA SERRA DO JAPI

Gestão 2023-2025

Criado pela Lei Complementar 417, de 29 de dezembro de 2004

Nomeado pela PORTARIA No 183, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023

complementou que por enquanto ainda é um estudo, tanto que trouxe e reitera esse pedido ao CGSJ, que os conselheiros analisem a proposta de lei e apresentem suas contribuições.

Por fim, o Presidente Adriano Zonaro comentou sobre o processo de implantação de infraestrutura na Avenida Luiz Gobbo do Vereador Paulo Sérgio Martins, que passou pelo CGSJ na 18ª reunião, com vários questionamentos da CTUOS. O processo foi encaminhado ao Departamento de Apoio Parlamentar (DAP), que pediu que o Departamento de Meio Ambiente (DMA) respondesse aos questionamentos da CTUOS. Ele afirma que responderam que são contra o asfaltamento e favoráveis ao bloquete intertravado. A conselheira Romilda Mariotti afirmou que encontrou com o Vereador, que afirmou ser contra o asfaltamento e desconhecer o processo.

Nada mais sendo tratado, o Presidente Adriano Zonaro encerrou a reunião às 15:55, e o Sr. Tupã Negreiros, lavrou a presente Ata. Jundiáí, 2 de julho de 2025.

Adriano J. M. Zonaro

Presidente do Conselho de Gestão da Serra do Japi - CGSJ

Tupã Negreiros

Secretário do Conselho de Gestão da Serra do Japi - CGSJ

CONSELHO DE GESTÃO DA SERRA DO JAPI

Gestão 2023-2025

Criado pela Lei Complementar 417, de 29 de dezembro de 2004

Nomeado pela PORTARIA No 183, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023

<p>Conselheiros Titulares Presentes:</p> <p>Adriano Jhonny Molina Zonaro Juliana Oliveira de Paula Luiz Gustavo Bento de Freitas Marcela Pavan Mariana Vanini Marina Formis de Oliveira Maria Romilda Giulianello Mariotti Paulo Henrique Munhoz Silvia Lucia Vieira Cabrera Merlo Silvia Regina Reis Santaella Wagner de Paiva Yone Guatta Candiotta</p>	<p>Suplentes com direito a voto: Nivaldo José Callegari</p> <p>Suplentes sem direito a voto: Clayde Bresan de Mello Tupã Negreiros</p> <p>Convidados: Guilherme Pinheiro Zé do Café Rodrigues</p>
---	---